



4022 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR PARA PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA QUILOMBOLA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Maria Edjane Pereira da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Maria Joselma do Nascimento Franco -

RESUMO

A presente pesquisa trata das marcas das relações étnico-raciais na interface com a educação do campo na Proposta Político-Pedagógica (PPP) de escolas quilombolas. É parte de uma pesquisa realizada pela parceria entre a FUNDAJ e a UFPE/CAA (2017-2019), e trata das Propostas Político-Pedagógicas (PPP) de escolas quilombolas no agreste de Pernambuco. O lócus da pesquisa é uma escola de uma comunidade quilombola. Temos como questão: Como são explicitadas as marcas das relações étnico-raciais na interface com a educação do campo em uma escola quilombola? O objetivo é: Analisar as marcas das relações étnico-raciais explicitadas na PPP de uma escola quilombola e sua interface com a educação do campo. Como aporte teórico temos Veiga (1998-2009), Sacristã(2000); Caldart (2012). A metodologia ancora-se na abordagem qualitativa (Minayo, 1996) e os procedimentos de coleta são a observação e a entrevista. Os resultados revelam a inexistência de uma proposta político-pedagógica documentada, o trabalho com a educação para as relações étnico-raciais concentradas na semana da consciência negra e distanciamento que têm os moradores da comunidade na participação das atividades da escola.

Palavras-chave: Proposta Político-Pedagógica, Educação para as relações étnico-raciais, Educação do Campo

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR PARA PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA QUILOMBOLA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Introdução

A presente pesquisa trata das marcas das relações étnico-raciais na interface com a educação do campo na Proposta Político-Pedagógica (PPP) de escolas quilombolas. É parte de uma pesquisa realizada pela via a parceria entre a FUNDAJ e a UFPE/CAA (2017-2019), e trata das Propostas Político-Pedagógicas (PPP) de escolas quilombolas no agreste de Pernambuco. O lócus da pesquisa é uma escola de uma comunidade quilombola em processo de reconhecimento junto a Fundação Palmares.

Constituímos como problema de pesquisa: Como são explicitadas as marcas das relações étnico-raciais na interface com a educação do campo em uma escola quilombola? Nosso objetivo é: Analisar as marcas das relações étnico-raciais explicitadas na PPP de uma escola quilombola e sua interface com a educação do campo. Os procedimentos metodológicos adotados para coleta de dados foram a observação participante e a entrevista semiestruturada. O tratamento se deu a partir da análise de conteúdo, pela via da análise categorial ou temática (BARDIN, 2011).

Desenvolvimento

Educação para as relações Étnico-raciais: da obrigatoriedade do ensino da cultura afro brasileira e africana a valorização da identidade no espaço escolar do campo

No Brasil a diferença entre brancos e negros constituiu um cenário de preconceitos históricos. Como fruto de um período de escravização e negação dos direitos, história de opressão, a população negra esteve sujeita a situações de invisibilidade social. No percurso de enfrentamento e resistência surge a necessidade do desenvolvimento de ações afirmativas, como é apontado no Parecer CNE/CP 003/2004:

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de *ações afirmativa*, isto é, conjunto de ações políticas dirigidas a correção das desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória.

Essas políticas de reparação têm um papel significativo para a educação, uma vez que se reconhece a população negra na história da sociedade brasileira e atribui a educação a tarefa de tratar essa questão dada a sua devida significância.

A partir das lutas e reivindicações, em 2003 foi sancionada pelo governo federal brasileiro a lei 10.639 que trata da obrigatoriedade do ensino de conteúdos referentes à cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula. Esta constitui um avanço no que se refere ao débito constituído pela sociedade brasileira aos povos de matriz africana. Como afirma FERREIRA (2013, p. 17):

A promulgação do dispositivo legal em pauta nos possibilitou pensar sobre as lacunas nas relações étnico-raciais presentes em uma sociedade multiétnica e pluricultural, como a sociedade brasileira, mas que se habituou a negar os conflitos herdados das diferenças e silenciar os efeitos do preconceito e do racismo.

Com a promulgação da lei emerge uma possibilidade de rompimento com o paradigma hegemônico eurocêntrico e a superação de marcas no ensino produzidas pela colonização desumana vivenciada por nossa sociedade. A negação do trabalho com a cultura africana no currículo é um mecanismo de silenciamento de injustiças e a valorização apenas da cultura do colonizador. Com a mudança, o acesso aos

conhecimentos da cultura afro-brasileira e africana na sala de aula, podemos repensar essa lógica de forma a oferecer não apenas aos professores e alunos negros, mas aos cidadãos em geral a reflexão em torno das relações étnico-raciais como apontamento para organização de espaços de justiça social, bem como as contribuições culturais da população afro-brasileira e africana.

A referida lei não estabelece apenas a inclusão de novos conteúdos, mas a mudança de postura diante do ensino e das relações com as diferentes culturas. Desta forma Sacristán (2000, p. 35) afirma:

A aprendizagem dos alunos nas instituições escolares está organizada em função de um projeto cultural para a escola, para um nível escolar ou modalidade; isto é, o currículo é, antes de tudo, uma seleção de conteúdos culturais peculiarmente organizados, que são codificados de forma singular. Os conteúdos em si e a forma ou códigos de sua organização, tipicamente escolares, são parte integrante do projeto.

As contribuições de Sacristán ajudam a compreender que, no caso das escolas quilombolas, estas necessitam contemplar em sua Proposta Política-Pedagógica ações de valorização das relações étnico-raciais. O diálogo e o respeito entre as diferentes culturas precisam ocupar espaço na escola, como é explicitado no Parecer 003/2004 :

Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

Compreendemos a partir do Parecer 003/2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a necessidade de construção de ações alimentadoras de valores de igualdade, justiça e equidade por meio do diálogo com a população escolar e a comunidade.

Outro aspecto valorativo no cenário da educação para as relações étnico-raciais, é evidenciado nas escolas quilombolas ao tratar também do diálogo com a Educação do Campo, compreendida na acepção de Caldart (2012, p. 260), como:

(...) um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas.

Nessa direção, consideramos o papel relevante das escolas, o diálogo entre a educação para as relações étnico-raciais e a educação do campo face a um trabalho pautado no contexto social ao qual se insere a escola.

Metodologia

A metodologia adotada na presente pesquisa é de natureza preponderantemente qualitativa. Nessa direção, ancoramo-nos em Minayo (1996, p. 43) quanto ao entendimento de que “a pesquisa qualitativa não se baseia num critério numérico para garantir sua representatividade”. Este tipo de pesquisa possibilita a compreensão acerca do objeto de pesquisa e da produção de conhecimento para além do que dados numéricos possam apresentar.

Os procedimentos de produção de dados utilizados são: a observação participante com registros no diário de campo (FALKEMBACH, 1987) e entrevista semiestruturadas (Triviños, 2008). A observação participante consistiu no acompanhamento e registro das atividades realizadas pelas professoras no cotidiano escolar e as entrevistas foram realizadas com o gestor escolar (GE), duas professoras da escola (P1 e P2) e três moradores da comunidade (M1, M2 e M3). O tratamento dos dados se deu pela análise de conteúdo, a partir da técnica de análise categorial ou temática Bardin (2011), evidenciando o trato das relações étnico-raciais em interface com a educação do campo na Proposta Política-Pedagógica(PPP).

Resultados

Com o intuito de responder ao objetivo de analisar as marcas das relações étnico-raciais explicitadas na PPP de uma escola quilombola e sua interface com a educação do campo, tratamos aqui a categoria que emergiu dos dados, a saber:

Marcas das relações étnico-raciais na Proposta Político-pedagógica da escola quilombola na interface com a educação do campo

Na aproximação com a escola quilombola e do campo, procuramos inicialmente acessar a Proposta Político-Pedagógica, solicitando autorização ao gestor escolar. Em conversa, este afirmou a existência de uma “[...] PPP, porém, ela foi encaminhada pela Secretaria de Educação para as escolas do município, inclusive para essa instituição” (DIÁRIO DE CAMPO, GE, 2018). Não tivemos acesso ao documento, com a justificativa de que encontrava-se na secretaria de educação e que posteriormente nos seria disponibilizada uma cópia.

Na continuidade da construção dos dados sobre a proposta político-pedagógica da escola, acessamos as professoras perguntando se conhecem a proposta da escola e se participaram da elaboração. Vejamos o que afirmam:

Não. Quando a gente começou a fazer um curso na UFPE (Escola da Terra, 2014), precisava ter acesso a PPP, mas a gente não conseguiu não. Pedimos a gestora, mas não conseguimos (P1, julho de 2018).

Quando eu iniciei aqui (2013) foi a primeira coisa que eu pedi a antiga gestora, ela ficou de passar para a gente, mas eu senti sempre esse entrave, ele está em construção e nunca foi entregue para a gente (P2, julho de 2018)

Diante dos depoimentos evidenciamos a inexistência do documento. Nessa direção nos apoiamos em Veiga (2009, p. 167) quando afirma:

[...]A participação é um mecanismo de representação e participação política. A participação mobiliza professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro.

A partir da reflexão proposta por Veiga(2009) e da ausência dos eixos norteadores para o desenvolvimento das ações na escola, buscamos saber das professoras em que se fundamenta seus planejamentos de trabalho com relação a educação para as relações étnico-raciais. Nessa perspectiva afirmam:

A gente recebe as diretrizes que vêm do IQE junto com a da secretaria, assim nós elaboramos o nosso planejamento, quando possível trabalhamos a identidade das crianças por meio de histórias (P. 2, 2018).

O planejamento é preparado com base na proposta que vem da secretaria, juntamente com as sequências didáticas do IQE e também o nosso livro didático da educação do campo, mas a questão étnico-racial a gente dá mais ênfase na semana da consciência negra (P. 1, 2018)

Os depoimentos revelam um trabalho concentrado apenas na semana da consciência negra, o que não significa o trato com as relações étnico-raciais. As professoras ainda revelam em conversa informais o desconhecimento quanto a origem da comunidade “A gente desconhece que aqui seja uma comunidade quilombola, pois nunca foi apresentado isso pra gente” (DIÁRIO DE CAMPO, P. 1, 2018). O desconhecimento quanto a comunidade quilombola implica na inexistência de um trabalho a partir dessa premissa

Na aproximação com os moradores, ao perguntamos se a comunidade é quilombola, afirmam:

Eu não sei nem o que é quilombola. Nunca ouvi falar isso não. Eu acho que não (M2, maio de 2018).

Eu escutei isso de um dia desse pra cá. Vinha um pessoal para a associação e falava sobre isso, aí meu marido chegava em casa e contava que era pra Serra Verde se tornar isso aí (quilombola). Mas eu mesmo não gostei, porque quilombola é o quê? Me dizem que é coisa de espírito. Porque se for coisa de espírito, eu tô fora! (M3, maio de 2018)

Por meio dos depoimentos, inferimos que a identidade quilombola não é tratada. Ferreira (2012, p. 647) afirma que: “Uma conversa acerca do termo quilombolas deve trazer à tona a historicidade desses sujeitos sociais e dos conceitos que os representam”. Nessa direção respaldamos nossa compreensão na perspectiva da necessidade de valorização da história da comunidade, o que constitui o reconhecimento da identidade entre os moradores e a valorização da mesma por meio da construção de uma PPP.

Para além do seu não reconhecimento, questionamos quanto a participação dos mesmos nas reuniões da escola. Na interface escola-comunidade, destacamos os depoimentos de duas moradoras da comunidade que são funcionárias da escola, no que se refere, a participação nas reuniões. Vejamos o que afirmam:

Não. Era bom a gente participar porque a gente num tá trabalhando aqui, a gente podia participar também, porque nós chegamos na escola primeiro, depois é que o diretor chega. As mães e os pais veem, só nós que não participa, a gente recebe o povo, ele faz um agradecimento a gente, mas não convida para permanecer na reunião (M2, maio de 2018).

Não. Tem a reunião mas a gente não participa. O diretor agradece porque a gente tá presente, mas a gente não fica (M3, maio de 2018).

Os depoimentos revelam o distanciamento que têm os moradores da comunidade na participação das atividades da escola, inclusive quando são funcionários. Nesta perspectiva, identificamos que os eixos da **participação, da construção coletiva da PPP, da construção da identidade quilombola** e da orientação na **construção do currículo da escola quilombola** precisam ser tratados.

Conclusão

Consideramos que a pesquisa permite destacar como são tratadas as marcas das relações étnico-raciais na interface com a educação do campo em uma escola quilombola. Ao retomar o nosso objetivo de analisar as marcas das relações étnico-raciais explicitadas na PPP de uma escola quilombola e sua interface com a educação do campo, evidenciamos a ausência de trabalho sistematizado em relação ao trato com as relações étnico-raciais, visto a não existência de uma Proposta Político-Pedagógica que contemple as especificidades étnico raciais e da educação do campo na escola.

A partir da análise dos dados, inferimos a invisibilidade da identidade quilombola e da educação do campo, constituindo um distanciamento entre a construção de uma proposta marcada por valores afirmativos e o reconhecimento da origem da comunidade. O cenário revelado pela pesquisa aponta para a necessidade de constituição de ações afirmativas, engajadas no reconhecimento da identidade pautadas na: a) a valorização das memórias, das práticas culturais, sociais e coletivas; b) o conhecimento plural (conteúdo, competências, atitudes e valores) das relações étnico-raciais, c) participação da comunidade na organização e vivências de atividades escolares, dentre outras questões, o que poderá contribuir, pela via da aproximação, à participação da comunidade na construção de seus projetos identitários e consequentemente de vida.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Revisão atualizada. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Quilombolas. IN: CALDART, Roseli. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FALKEMBACH, E. M. F. **Diário de campo: um instrumento de reflexão**. Contexto e Educação, Ijuí, Unijuí, ano 2, v. 7, p. 19-24, jul./set. 1987.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. CNE/CP. Parecer nº 3, de 10 de Março de 2004a. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.